

## A DEFESA DE LISBOA NOS SÉCULOS XV E XVI

André Teixeira e José Manuel Garcia

---

«Nas margens do rio (Tejo) fortificou Olisipo para ter mais livre o curso da navegação e o transporte dos víveres». Foi desta forma que Estrabão procedeu ao primeiro registo histórico da fortificação da cidade que se viria a chamar Lisboa, quando se referiu à acção levada a cabo em 138 a.C. por Décimo Júnio Bruto, no início da sua campanha de pacificação da Lusitânia para a sua integração no império romano, na qual a cidade do Tejo se constituiu como base das operações em direcção ao Norte. Poucos vestígios restaram, reconhecidos através da arqueologia pela presença militar na zona do castelo de São Jorge (Pimenta, 2005) e de uma hipotética vala defensiva junto às Portas do Sol (Silva, 2014).

Lisboa nasceu na colina que desce do Castelo de São Jorge, tendo em conta a sua excelente situação defensiva e a sua articulação com o Tejo, a qual favorecia o seu comércio ancestral e o abastecimento, nomeadamente em peixe, que era muito abundante. A cidade concentrava-se na encosta Sul da colina e desenvolvia-se numa zona ribeirinha, tendo sido construídas novas fortificações durante o Alto Império, durante a primeira metade do século I d.C., hoje mal conhecida (Gomes e Gaspar, 2007; Silva, 2000; Silva, 2011).

Entre os séculos III e IV, Olisipo reforçou as suas muralhas, que limitaram o perímetro urbano da cidade. Estas cortinas vieram a ser mantidas e adaptadas nos séculos seguintes, sobretudo em época islâmica, tomando a designação de “cerca moura” ou “cerca velha” (Silva, 1987b). Das suas origens tardo-romanas, embora em muitos casos refeitas em período posterior com traçado sensivelmente idêntico, sobram testemunhos em várias intervenções arqueológicas, como por exemplo na Casa dos Bicos e demais frente ribeirinha (Pimenta et al., 2005; Gomes e Gaspar, 2007; De Man, 2011; Filipe et al., no prelo).

O sistema defensivo islâmico formava dois recintos distintos, na tradição das cidades muçulmanas coevas: a alcáçova, localizada na colina do castelo de São Jorge, que era a sede da elite político-militar do burgo; a medina, o núcleo urbano por excelência, que se espalhava a Sul daquela elevação até ao rio. A estrutura defensiva é referida pelo menos desde o século XI na documentação escrita, ten-

do sido detectada arqueologicamente nos lanços Sul (ribeirinho), Este e Oeste da antiga cidade. Note-se que os cálculos actuais apontam para uma área total de 50-60 hectares, incluindo os extensos arrabaldes, o ocidental, na Baixa, e o oriental, em Alfama, pelo que apenas cerca de um terço do conjunto era espaço intra-muros (Bugalhão, 2009: 384-85).

Este sistema defensivo manteve-se após a conquista da cidade pelas forças de D. Afonso Henriques, em 1147, até que, em 1294, D. Dinis estabeleceu um acordo com o concelho de Lisboa para a construção de uma muralha, que veio a ser erguida nos anos seguintes sobre aterros conquistadas ao rio, ligando a antiga “cerca velha”, junto à torre da Escrivantina, até à zona onde actualmente se encontra a Praça do Município, na base do monte de São Francisco. Protegia, assim, toda a zona da Baixa entre colinas, para onde a cidade se expandia rapidamente, mercê do incremento das actividades marítimas e transacções comerciais a partir do porto. Os vestígios desta cortina foram recentemente detectados no solo da igreja pombalina de São Julião (Silva, 1987c; Rocha, 2015).

Lisboa foi crescendo nos dois séculos seguintes, nomeadamente em torno dos principais edifícios religiosos, São Francisco e Trindade a ocidente, São Vicente e Graça a oriente, necessitando de novas defesas, como se verificou durante os ataques castelhanos no reinado de D. Fernando. Tal facto levou a que este rei ordenasse a construção de novas muralhas, erguidas entre 1373 e 1375, com 5,35 km de extensão e contando com 77 torres e 38 portas e postigos, abrangendo uma área de 103,6 km<sup>2</sup>, 6,6 vezes maior que a da “cerca velha”, que abrangia 15,68 km<sup>2</sup> (Silva, 1987a). De facto, esta construção inseriu-se num processo geral da segunda metade do século XIV, de protecção das cidades e vilas portuguesas com cercas urbanas, depois de decénios de consolidação da rede de castelos junto à fronteira. Aquelas adoptaram um perfil de grande verticalidade, com acessos e caminhos de circulação facilitados nos adarves, multiplicando o número de torres quadrangulares adossadas às cortinas, protegendo em particular as portas, e implantando ameias de corpo largo e balcões com matacães nos coroamentos (Silva, 1989; Monteiro, 1999), caracterís-

ticas visíveis no remanescente da cerca fernandida. Além dos troços há muito identificados desta grandiosa estrutura (Silva, 1987a), outros têm vindo a ser descobertos ou melhor compreendidos através de intervenções arqueológicas, que em casos mais pontuais redundaram em trabalhos de conservação e valorização. Citem-se, a título de exemplo, os anexos ao mosteiro de São Vicente de Fora (Ferreira, 2002) e na continuidade deste troço oriental no Liceu Gil Vicente (Muralha et al., 1999), os do bairro de Alfama (Folgado et al., 2003; Silva et al., 2012), entre outros no flanco ocidental, no centro comercial do Chiado, nos Terraços de Bragança da Rua António Maria Cardoso, no Martim Moniz junto à encosta de Santana (a torre do Jogo da Péla), ou no palácio da Rosa.

Graças ao processo expansionista português iniciado com a conquista de Ceuta em 1415, Lisboa cresceu substancialmente nos séculos XV e XVI, atingindo em 1527 cerca de sessenta mil habitantes, tornando-se progressivamente um dos maiores centros de comércio à escala mundial. O desenvolvimento urbano deu-se muito especialmente na frente ribeirinha, tanto para oriente, na zona das terças novas (actual Santa Apolónia), como sobretudo para ocidente, na zona de Cata-que-Farás e Boavista (junto ao actual Cais do Sodré). Também foi a orla fluvial a mais beneficiada por acções de renovação urbana, dando-se novos aterros em direcção ao Tejo, multiplicando-se as construções neste sector. A defesa da cidade continuou, assim, a ser assegurada pela sua cerca fernandina, mas a área urbana tendeu a ultrapassar os seus limites naqueles flancos e as novas edificações a implantar-se amiúde sobre as antigas cortinas, como sucedeu na Casa dos Bicos (Augusto, 1996) ou no palácio da Rua da Judiaria (ver artigo neste catálogo), entre outros. Em todos os casos, é evidente que a operacionalidade dos dispositivos defensivos medievais foi claramente posta em causa.

Face a esta situação, a forma considerada melhor para garantir a segurança de Lisboa consistiu no reforço da defesa marítima perante possíveis ameaças externas, quer de corsários, quer de nações inimigas. A paz duradoura com Castela nestas centúrias, perturbada apenas em conjunturas pontuais, limitou também os receios de invasão terrestre. Assim, D. João II concebeu um plano estratégico integrado para a proteger a barra do Tejo, assente no controlo do seu acesso por mar, através do “cruzamento de fogos entre fortalezas situadas nos seus pontos mais próximos e junto aos principais desembarcadouros” (Moreira, 1989a: 100).

Foi, assim, erguida na década de 1480 a torre de São Sebastião da Caparica, junto a Porto Brandão, que ficou conhecida como “Torre Velha”, composta por três elementos: uma torre cimeira rectangular de forma compacta, junto à borda da falésia, atalaia e cérebro do conjunto; um baluarte artilhado, tabuleiro trapezoidal sobre os rochedos na base da arriba, o elemento mais inovador por possibilitar o revolucionário tiro rente à água; e uma muralha acasamatada, que vencendo o desnível da arriba assegurava a comunicação entre os dois elementos anteriores, através de escadas interiores (Moreira, 1989a; Cid, 1998: 37-41; Cid, 2007). O projecto joanino implicava ainda a construção de uma fortificação no lado oposto do rio, na zona do Restelo, a par da colocação de uma grande embarcação articulada com as estas fortificações, criando uma frente que se pretendia inexpugnável. O referido plano de defesa do Tejo foi mencionado por Garcia de Resende, que indicou ter sido ele próprio encarregado pelo rei de desenhar esta última fortaleza, de acordo com as suas indicações. O que é certo é que ela não se chegou a fazer, por falecimento do monarca (Resende, 1991: 255-56). Levantada sim no reinado de D. João II, com o propósito de defender um dos principais portos de apoio de acesso à capital, foi a torre de Santo António de Cascais (vide artigo neste catálogo).

O projecto de erguer uma posição fortificada e bem artilhada no Restelo só foi retomado em 1513, por D. Manuel I. As obras iniciaram-se no ano seguinte, reforçando não apenas a defesa do porto de Lisboa, como também do gigantesco Mosteiro dos Jerónimos, então em construção. A decisão de erigir uma torre no Restelo inseria-se nas preocupações defensivas da cidade manifestadas pelo rei, que em 1508 mandou Diogo de Arruda erguer uma torre em frente ao novo Paço da Ribeira, já sobre água. Essa torre situava-se a norte do actual torreão poente da Praça do Comércio, alinhado na direcção da estátua de D. José, tendo ficado concluída cerca de 1510. A Torre de Belém ou “Castelo de São Vicente a par de Belém”, como foi oficialmente designada por D. Manuel I em 1521, depois de concluída no ano anterior. Esta é um testemunho de arquitectura militar de transição, nela se conjugando harmoniosamente, num encaixe conciliador, à boa maneira manuelina, a massa de uma recuada torre quadrangular de feição medieval, que se ergue vertical nos seus mais de 30 metros de altura, com um moderno baluarte acasamatado avançado e de linhas horizontais com os seus 40 metros de comprimento virados ao Tejo. Este monumento em toda a sua beleza, originalidade e inovação é como que uma transformação em pedra de uma nau que avança pelo rio em direcção ao mar. A estrutura da Torre de Belém terá sido



TORRE DE BELÉM (JOSÉ VICENTE)  
TORRE DE SÃO SEBASTIÃO DA CAPARICA

em grande parte concebida por Francisco de Arruda, seu mestre em 1516, nela estando patentes influências de torres medievais, como as de Beja e Estremoz, e talvez novas ideias defensivas renascentista de origem italiana, tudo envolto numa experiência de fortificação adquiridas no Alentejo, em Tomar e em Marrocos (Santos, 1922; Rubim, 2011: 54-66; Garcia, 2014).

Com efeito, as terras do Norte de África foram fundamentais nesta fase de experimentação da arquitectura militar, na viragem do século XV para o XVI, em que se procurou adaptar as fortificações aos novos desafios da arte da guerra, na qual a artilharia ganhava protagonismo crescente (Correia, 2008), incluindo-se neste âmbito reformas em Ceuta (Villada, 2013a). Foi um “longo período experimental de quase um século, desde as primeiras soluções de improviso – abaixamento das torres, reforço da base das muralhas, acrescento de obras externas para suporte de artilharia pesada – até ao estabelecimento de um novo tipo de fortificação baseado no estudo sistemático do tiro flanqueante e do cruzar de fogos: o sistema abaluartado” (Moreira, 1989a: 91). Neste capítulo, as experiências do Oceano Índico foram do ponto de vista arquitectónico muito mais modestas, não obstante o largo uso das inovações bélicas (Teixeira, 2008).

O Norte de África voltou a ser decisivo quando o país decidiu assumir decisivamente a modernidade na construção de fortalezas. A perda de Santa Cruz do Cabo de Gué em 1541, ante as forças do xerife do Suz, levou a que se criasse um verdadeiro sentido de urgência na reformulação dos sistemas defensivos magrebins, tarefa que se iniciou nesse mesmo ano em Mazagão e que prosseguiu nos seguintes em Ceuta e Tãnger. As crescentes exigências da piobalística, que já haviam estado na origem das fortificações de transição, levaram à assunção de um programa modernizador à escala global, em torno da figura de Miguel de Arruda, que rapidamente levou as fortificações abaluartadas aos quatro cantos do império português, muitas das quais acabaram por se revelar inexpugnáveis nos séculos seguintes (Moreira, 1989b).

Em Lisboa, este movimento teve como consequência a criação de uma nova linha de detenção marítima, desta feita já em plena barra do Tejo. Ainda na década de 1540 D. João III procurou recursos financeiros para erguer uma fortaleza no esporão rochoso de São Julião da Barra. As obras só se iniciaram no decénio seguinte, segundo projecto de Miguel de Arruda, vindo porém a arrastar-se nos anos seguintes, sofrendo sucessivos alargamentos posteriores. Foi também pensada outra fortaleza para consolidar a entrada marítima de Lisboa, mais exactamente nos baixios arenosos existentes no meio do rio em frente a São Julião da Barra, prevendo-se o cruzamento de fogos entre as duas posições. Veio a ser erguida cerca de 1580 no sítio da Cabeça Seca com materiais perecíveis, sendo rapidamente destruída pela força do mar; voltou a ser erguida na década seguinte, com o nome São Lourenço, embora a designação que acabou por se consagrar foi a de “Bugio”. Os seus trabalhos começaram a ser planeados em 1590, embora a conclusão das obras ainda tivesse demorado muito tempo (Boiça, s/d; Calixto, 1990; Rubim, 2011).

Todas estas construções foram fruto dos progressos da engenharia militar e durante séculos tiveram um papel dissuasor na defesa da capital portuguesa, mantendo a integridade da cidade e, com ela, a independência portuguesa. O sistema era, contudo, ineficaz em 1580, aquando do acometimento naval do duque de Alba, destinado a sufocar as pretensões à Coroa de D. António, prior do Crato, impondo a realeza de D. Filipe II de Espanha. Tal facto veio a motivar, sobretudo após a Restauração, uma ampla campanha de fortificação do litoral de Lisboa, bem como planos de defesa do seu entorno terrestre.

**PRÓXIMA PÁGINA /**

**PLANTA DA BARRA DO TEJO REPRESENTANDO AS VÁRIAS FORTALEZAS  
JÁ EXISTENTES OU PROJECTADAS EM 1580, POR FILIPE TERZI. ARQUIVO  
NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, CASA DE CADAVAL, COD. 29.**